

## OBITUÁRIO

## Sergio Rouanet, homem de cultura

Diplomata, imortal, filósofo e antropólogo, morreu no Rio aos 88 anos. Elaborou a lei que permitiu grande avanço nas artes

» FABIO GRECCHI

Morreu ontem, aos 88 anos, no Rio de Janeiro, o diplomata, filósofo, antropólogo e ex-ministro da Cultura Sergio Paulo Rouanet, autor da Lei de Incentivos Fiscais à cultura no Brasil, que elaborou quando estava no governo do ex-presidente Fernando Collor. Ele era imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL), ocupando a cadeira 13. Também era dono da cadeira 34 da Academia Brasileira de Filosofia.

A informação foi confirmada pelo Instituto Rouanet, fundado por ele e pela mulher, Barbara Freitag. Segundo a instituição, o diplomata morreu vítima do avanço do Mal de Parkinson. “É com muito pesar e muita tristeza que informamos o falecimento do embaixador e intelectual Sergio Paulo Rouanet. Rouanet batalhava contra o Parkinson, mas se dedicou até o final da vida à defesa da cultura, da liberdade de expressão, da razão, e dos direitos humanos. O Instituto carregará e ampliará seu grande legado para futuras gerações”, homenageou o Instituto que leva seu nome.

Desde 2019, porém, a lei que ele criou vem sendo duramente atacada pelo governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) e sofreu várias alterações — sobretudo nos tetos para a isenção fiscal. Em fevereiro, por meio de uma Instrução Normativa, ficou estabelecida a redução de 50% de quanto a empresa que ajuda financeiramente um artista pode descontar do Imposto de Renda. Além disso, a mudança na lei reduziu drasticamente a ajuda de custo para aluguel de casas de espetáculo.

Os cachês artísticos também

Carlos Moura/CB/D.A. Press



Rouanet foi responsável por elaborar uma lei que fomentou a cultura e que desde a chegada de Bolsonaro à Presidência vem sendo atacada

foram impactados pelas alterações promovidas pelo governo. O limite para pagamento com recursos da lei passou a ser de R\$ 3 mil por apresentação, para artista ou modelo solo. Anteriormente, o cachê individual podia chegar a R\$ 45 mil. A diminuição, praticada na gestão do então secretário nacional de Cultura, Mario Frias, foi tratada como “fim da mamata” por ele, em cerimônia no Palácio do Planalto.

Rouanet tem uma extensa

produção ensaística e filosófica, e tornou-se um dos principais estudiosos sobre o Iluminismo no país. Ele também se destaca por ser o tradutor, no Brasil, do filósofo alemão Walter Benjamin — é da sua lavra a versão para o português da *Obras Escolhidas* e participação no prefácio de *A Origem do Drama Barroco Alemão*. Por causa disso, recebeu a Medalha Goethe pela contribuição à difusão da cultura alemã pelo mundo.

## Reações

O ex-ministro da Cultura e ex-senador pelo Distrito Federal Cristóvam Buarque lastimou a morte de Rouanet. “Brasil perdeu seu nome mais vinculado à cultura, em toda nossa história, por seus livros que elevam e por sua lei que promove: livros Rouanet e Lei Rouanet, duas contribuições monumentais ao pensamento brasileiro”, tuitou.

A pré-candidata do MDB à

Presidência, Simone Tebet, também comentou a morte de Rouanet: “O Brasil perdeu Sérgio Paulo Rouanet. Diplomata, filósofo, antropólogo, ensaísta, professor universitário, ex-ministro da Cultura do Brasil e membro da ABL. Tantos feitos e adjetivos para descrever este grande defensor e entusiasta da cultura brasileira”, salientou.

A senadora Leila Barros (PDT-DF) se manifestou: “O diplomata Sergio Rouanet muito contribuiu para a cultura e a vida intelectual

do Brasil. Ele foi um intransigente defensor dos direitos humanos, da ética e da liberdade de expressão. Sua morte entristece o país”, disse.

Já o também ex-ministro da Cultura e hoje deputado federal Marcelo Calero (PSD-RJ) observou que Rouanet foi um “grande intelectual e diplomata que criou a importante lei brasileira de incentivos à cultura, que leva seu nome. Uma referência na defesa da cultura, da liberdade, da razão, e dos direitos humanos. Nos deixa contribuições magistrais”.

Para a atriz Lucélia Santos, a lei Rouanet foi “demonizada” pela gestão Bolsonaro. “Morreu o diplomata Sergio Paulo Rouanet, responsável por criar a principal lei que serviu como incentivo para o setor cultural por três décadas. Lei essa que leva seu nome e foi demonizada pela campanha bolsonarista anticultural através de fake news”, criticou.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) também se manifestou destacando o papel de Rouanet. “Ele dedicou sua vida à luta pelos direitos humanos, pela cultura, por todos aqueles que são gravemente atingidos pela desigualdade. Foi e sempre será um exemplo!”, ressaltou.

O ex-governador de São Paulo João Dória (PSDB) apontou que “a cultura brasileira chora a morte” de um dos seus principais defensores. “A cultura brasileira chora a morte de Sérgio Rouanet, ex-ministro, diplomata, autor da lei que beneficia a cultura no país. Minha solidariedade aos familiares e amigos, em especial à Bárbara, sua esposa”, anotou.

Até o momento, o governo federal não se manifestou sobre o assunto ou soltou nota oficial.

## Filho de Caiado morre aos 40 anos

» INGRID SOARES

Ronaldo Ramos Caiado Filho, de 40 anos, filho do governador de Goiás, Ronaldo Caiado, morreu na manhã de ontem em Nova Crixás, no interior do estado. A causa da morte não foi divulgada.

O governador foi avisado da notícia durante participação em uma missa de celebração da Festa do Divino Pai Eterno, em Trindade (GO), onde estava acompanhado da primeira-dama, Gracinha Caiado. Ambos saíram às pressas, antes do fim da celebração. Ronaldo é fruto da união do governador com Thelma Gomes e é pai de outras três filhas.

Caiado homenageou o filho no Twitter: “Meu filho querido. Minha dor neste momento só não é maior do que o meu amor por você. Que Deus o acolha na Sua Glória Infinita”.

O governo liberou uma nota de pesar confirmando o falecimento. “É com profundo pesar que comunicamos o falecimento de Ronaldo Ramos Caiado Filho, filho do governador Ronaldo Caiado e de Thelma Gomes. Ele morreu neste domingo, aos 40 anos. A família enlutada pede a todos orações para enfrentar este momento de imensa dor”. A Câmara Municipal de Goiânia decretou luto oficial de três dias

no Poder Legislativo.

O presidente Jair Bolsonaro (PL) tuitou em pesar pela morte do filho do governador. “Minha solidariedade à família e ao governador pelo passamento de seu filho. Não há dor maior para um pai ou uma mãe do que perder um filho. Peço a Deus que, em sua infinita bondade, cuide da alma daquele que parte e conforte o coração de quem permanece”.

Ciro Gomes, presidenciável pelo PDT, também se solidarizou com Caiado. “Minha solidariedade ao meu amigo governador Ronaldo Caiado pela perda de seu amado filho. Que Deus possa confortar seu coração e de

toda sua família neste momento de dor”, tuitou.

Já a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffman (PR), disse: “Sentimentos e solidariedade a companheira Thelma Gomes e ao governador Ronaldo Caiado pela perda do filho Ronaldo. Uma grande dor. Que Deus acalente seus corações. Força Thelma”, postou.

O pré-candidato do Republicanos ao governo paulista, Tarcísio Gomes de Freitas, publicou que “acabo de receber com muita tristeza a notícia do falecimento de Ronaldo Caiado Filho, que nos deixa cedo demais. Meus mais sinceros sentimentos”.

Redes Sociais



Governador com o filho, cuja causa da morte não foi divulgada



ROBERTO BRANT

**AS ELEIÇÕES DE 2018 FORAM UMA CONTUNDENTE MANIFESTAÇÃO DE REJEIÇÃO DA POLÍTICA E PRODUZIU UM LEGISLATIVO SEM VÍNCULOS OU CONDICIONAMENTOS INSTITUCIONAIS, ONDE LIDERANÇAS E PARTIDOS PERDERAM QUALQUER PODER OU RELEVÂNCIA POLÍTICA**

## Um Parlamento sem limites

O sistema proporcional de eleição dos deputados à Câmara Federal, entre outros inúmeros defeitos, fraudas a vontade popular na formação do governo e faz do Parlamento e da Presidência da República duas entidades separadas e estranhas uma à outra, vivendo realidades paralelas. Não é difícil imaginar que isto torna quase impossível a tarefa de governar. A combinação deste sistema eleitoral esdrúxulo com a fragmentação partidária excessiva impede qualquer presidente eleito, mesmo com grande apoio popular, de conquistar uma maioria orgânica no Parlamento para cumprir os planos que o levaram a ser eleito.

Esse estado de coisas, embora sirva com perfeição aos que fazem da política uma profissão

ou um negócio, significa governos impotentes e ausência de políticas públicas consistentes e de longo prazo nos campos que são próprios do setor público. Hoje, as relações entre governo e Congresso se resumem a barganhas de interesses e conveniências, passando ao largo do interesse público.

## Invasão

Tudo isto vem de longe, mas, ultimamente, ganhou outro corpo com a invasão pelo Congresso de vários poderes próprios do Executivo e com a disposição dos parlamentares de ignorar regras tradicionais. As eleições de 2018 foram uma contundente manifestação de rejeição da política e produziu um Legislativo sem vínculos ou

condicionamentos institucionais, em que lideranças e partidos perderam qualquer poder ou relevância política.

Pode-se dizer, sem muito exagero, que a Câmara dos Deputados é composta não por 513 deputados organizados em bancadas partidárias, mas por 513 bancadas particulares, sem nenhum sentido de pertencimento político. Esse corpo perdeu o contato com a sociedade e não a representa senão por uma ficção legal, criando um vazio que afeta este governo e pode perpetuar-se, na ausência de algum evento regenerador.

Os últimos movimentos do Congresso, particularmente, são de molde a esgotar as reservas de respeito que porventura ainda merece da sociedade. E dão razão a quem já

considera inteiramente rompidos os laços que restam da representação política.

Todos acompanhamos, até com certa incredulidade, a invenção do chamado orçamento secreto, expediente pelo qual Câmara e Senado passaram a executar, segundo seus próprios critérios e conveniências, uma parte importante do Orçamento público. Tal extravagância despertou uma indignação natural na população e exigiu a intervenção da Supremo Tribunal Federal (STF) para que se levantasse pelo menos o segredo das operações, segredo que fere de morte o princípio universal de publicidade dos gastos de recursos públicos. Quando se esperava que o Parlamento se retratasse e desistisse do privilégio, surge agora a

proposta que torna esse Orçamento não apenas permanente, mas impositivo — ou seja, executado em quaisquer circunstâncias, mesmo diante de uma calamidade fiscal.

A base elementar de qualquer democracia é o respeito às regras constitucionais. O Congresso, no entanto, parece se achar isento desses limites. Precisando distribuir benefícios para facilitar seu desempenho eleitoral, o que é expressamente proibido durante o período que antecede as eleições, o governo, principalmente o Parlamento, senhor da última palavra, uniram-se para transgredir a regra, fingindo que a obedeciam. Sem muita imaginação, decretaram que o país vive uma emergência devido à alta dos preços dos

combustíveis e que nas emergências as regras da Constituição podem ser suspensas, pelo menos até o fim do ano e o término das eleições. Essa emergência não é uma emergência, nem as emergências verdadeiras têm prazo para terminar. Tudo é apenas uma farsa, a demonstrar que na democracia brasileira o que decide não são as regras, mas sim o poder.

O Parlamento brasileiro já mostrou que pode muita coisa. Entre estas coisas, infelizmente, não estão o desenvolvimento do país e a diminuição da pobreza e do sofrimento das pessoas. Restou do episódio o gesto solitário do senador José Serra (PSDB-SP), o único a dizer não, lembrança de um Parlamento que já existiu e não existe mais.